

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A INDÚSTRIA BRASILEIRA, ESTÍMULO OU BARREIRA? UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DO CONFLITO SOBRE O SETOR INDUSTRIAL NACIONAL (1914-1918)

Amanda Gonçalves Marinho¹
Guilherme Barreto Bacellar Pereira²

Resumo: A Primeira Guerra Mundial e a indústria brasileira, estímulo ou barreira? Uma análise sobre os impactos do conflito sobre o setor industrial nacional (1914-1918) O presente artigo surgiu de algumas questões em comum das pesquisas de pós-graduação realizadas pelos autores, ambos focados no incremento do setor industrial brasileiro ocorrido no final do século XIX e início do XX. Dessa maneira, um período que sempre se mostrou bastante controverso sobre a importância, positiva ou negativa, foi a Primeira Guerra Mundial. A Primeira Guerra Mundial trouxe mudanças significativas para os países envolvidos diretamente nela, especialmente em termos econômicos e políticos. Contudo, países periféricos ou que não atuaram na linha de frente sofreram impactos pelo conflito, que vão desde aos contatos externos e transações comerciais com outras nações, como modificações em sua estrutura interna. Em função disso, nesse artigo visamos aprofundar a análise sobre este momento e suas repercussões para economia brasileira. Há um debate constante sobre os efeitos da Primeira Guerra Mundial e, mais especificamente, sobre o processo industrial nacional, tanto durante o conflito, como após o seu final e seus desdobramentos. Nesse sentido duas teorias se destacam: a) o argumento dos choques adversos que observa o conflito como um evento inteiramente positivo, sobretudo, na ideia de que isso proporcionou a substituição de importações no Brasil, graças a uma oferta externa de bens industrializados que foi reduzida pela ocorrência da Guerra, associada a uma demanda do mercado interno que continuou a existir; b) a ideia da industrialização impulsionada pelo setor exportador que argumenta justamente o contrário, com o processo industrial sendo interrompido pelas limitações impostas pelo conflito, por exemplo, ao acesso de matérias primas e tecnologias fundamentais para o setor. Além da bibliografia de referência sobre o tema como, Warren Dean (1976), Annibal Villela e Wilson Suzigan (1973), Albert Fishlow (1972), Flávio Versiani e Maria Teresa Versiani (1977), Wilson Cano (1977), e dados sobre a produção industrial do período, focaremos também nos investimentos realizados, a fim de termos uma visão mais ampla sobre os reais impactos da guerra sobre o setor industrial. Assim, poderemos ter uma noção mais clara dos fatores que contribuíram, ou não, para o desenvolvimento industrial brasileiro no início do século XX. Apesar do assunto ser bastante trabalhado até mesmo no Ensino Básico, principalmente sob a ótica do processo de substituição de importações, não sabemos se há uma verdadeira compreensão dos reais impactos da Primeira Guerra de forma ampla na indústria brasileira. Por fim, cabe destacar se as mudanças observadas durante o conflito se mantiveram para o período imediatamente posterior. Ou se essas alterações ocorridas, positivas ou negativas, se mostraram efêmeras, sendo relevantes somente se observarmos o período relativo ao conflito em si, sem maiores desdobramentos sólidos para a indústria brasileira.

Palavras-chave: industrialização; teorias econômicas; impactos da Primeira Grande Guerra.

¹ Mestranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo (HE-USP).

² Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

Introdução

O presente artigo surgiu de algumas questões em comum das pesquisas de pós-graduação realizadas pelos autores, ambos focados no incremento do setor industrial brasileiro ocorrido no final do século XIX e início do XX.

Dessa maneira, um período que sempre se mostrou bastante controverso sobre a importância, positiva ou negativa, foi a Primeira Guerra Mundial. O conflito trouxe mudanças significativas para os países envolvidos diretamente nela, especialmente em termos econômicos e políticos. Contudo, países periféricos ou que não atuaram na linha de frente também sofreram impactos pela Guerra, desde contatos externos e transações comerciais com outras nações, como modificações em sua estrutura produtiva e mercado interno.

Apesar de o assunto ser bastante trabalhado até mesmo no Ensino Básico, principalmente sob a ótica do processo de substituição de importações, não sabemos se há uma verdadeira compreensão dos reais impactos da Primeira Guerra de forma ampla na indústria brasileira.

Em função disso, nesse artigo visamos aprofundar a análise sobre este momento e suas repercussões para economia do Brasil e, mais especificamente sobre o setor industrial. Há um debate constante sobre os efeitos da Primeira Guerra Mundial e, mais especificamente, sobre o processo industrial nacional, tanto durante o conflito, como após o seu final e seus desdobramentos, debate este que analisaremos ao longo do presente artigo.

Teorias sobre o impacto do conflito

Dada a sua relevância e seus desdobramentos, naturalmente o tema já foi alvo de diversos estudiosos da área de História Econômica que propuseram diferentes teorias sobre a relevância da Primeira Guerra Mundial sobre o setor industrial brasileiro. Nesse sentido duas se destacam: a) o argumento dos choques adversos que observa o conflito como um evento inteiramente positivo, sobretudo, na ideia de que isso proporcionou a substituição de importações no Brasil, graças a uma oferta externa de bens industrializados que foi reduzida pela ocorrência da Guerra, associada a uma demanda do mercado interno que continuou a existir; b) a ideia da industrialização impulsionada pelo setor exportador que argumenta justamente o contrário, com o processo industrial sendo interrompido pelas limitações impostas pelo conflito, por exemplo, ao acesso de matérias primas e tecnologias fundamentais para a área.

A teoria dos choques adversos pode ser resumida no pensamento de que quando há um choque adverso (guerras, crises internacionais, ...) que afete a economia internacional, há um aumento do preço dos produtos para a importação ou é imposta alguma dificuldade para que ela aconteça. Em função disso, o mercado interno se direciona para atividades substituidoras de importação.

Importantes pensadores econômicos brasileiros da primeira metade do século, como Roberto Simonsen³, afirmaram que a indústria interna de transformação reagiu de maneira inteiramente positiva ao conflito. Estendendo inclusive, essa análise a outros momentos de crise como a Grande Depressão e a Crise do Café no início da década de 1930. Entenderam assim que, o processo industrial brasileiro – não somente durante a Primeira Guerra – se beneficiou desses choques adversos estimulando uma produção substituidora de importações.

Porém, já vale destacar alguns problemas e contradições relacionados a essa linha de pensamento. Primeiramente, os autores que coadunam com esse pensamento – não só Simonsen, mas também Furtado⁴ e Tavares⁵ que se destacam nessa linha, mesmo de uma maneira menos extrema – minimizam o desenvolvimento industrial pregresso a estes choques adversos das primeiras décadas do século XX. E mesmo concordando que a maior parte da produção industrial do período era ligada ao setor exportador, não havia uma relação de exclusiva dependência entre ambos. Ou seja, havia setores da indústria que se desenvolveram sem uma ligação direta com o agroexportador.

Já em relação aos que argumentam baseados na ideia da industrialização estimulada pelo setor exportador, destacamos três autores: Nicol⁶, Dean⁷ e Leff⁸. Entretanto, vale salientar algumas contradições encontradas na obra de Leff, que destacou o que o desenvolvimento industrial e o setor exportador se amparavam, e que “o desenvolvimento industrial do Brasil não necessitou de “choques adversos” como o rompimento das relações normais de comércio durante a Primeira Guerra Mundial.”⁹. De acordo com Leff, o crescimento desse ramo forneceu divisas e renda para a importação dos materiais necessários para o desenvolvimento industrial e da infraestrutura necessária para que ele fosse de alguma maneira viável, como estradas de ferro e portos. Tendo a existência dessa conexão frutificado e gerado um mercado interno consumidor para os produtos manufaturados. Todavia, o autor afirma que a Primeira Guerra Mundial estimulou a expansão da indústria brasileira¹⁰ e que “a experiência do Brasil durante a guerra (Primeira Guerra Mundial) demons-

3 SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

4 FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

5 TAVARES, Maria da Conceição. *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

6 NICOL, Robert C. *A Agricultura e a Industrialização no Brasil*. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. 1974.

7 DEAN, Warren. *A industrialização durante a República Velha*. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano*. 1º volume. Estrutura de poder e economia. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1975.

8 LEFF, Nathaniel. H. *Interdevelopment and development in Brazil: economic structure and change, 1822-1947*. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

9 *Ibidem*, p. 178-179.

10 *Ibidem*, p. 206.

trou que, muito antes da década de 1930, o desenvolvimento econômico do país poderia ser mantido apesar de uma forte contração do setor externo”¹¹.

Já Nicol¹² e Dean¹³ nos trazem contribuições mais substanciais, relacionando o crescimento industrial a expansão das exportações de café no Estado de São Paulo. Ambos afirmam que, em anos de bom rendimento do campo externo isso também refletiu no setor industrial e quando as exportações não possuíam o mesmo vigor, efeito semelhante era observado nas indústrias do Estado. Assim, a conclusão de ambos é que, a Primeira Guerra Mundial interrompeu um processo de crescimento industrial que ocorria antes do conflito. Além disso, Dean¹⁴ aponta para as dificuldades de importação de máquinas e suprimentos como outro fator limitante para o crescimento da indústria durante o período de guerra. Assim, ele defende que o crescimento industrial observado durante conflito foi baseado na capacidade anteriormente instalada.

Tendo a visão de Dean sido uma revisão da tradicional, dos choques adversos, também foi criticada por não levar em conta possíveis efeitos positivos do conflito no setor industrial. Fishlow¹⁵, defende que o conflito estimou o processo de substituição de importações e, mesmo com a incapacidade de uma ampliação da capacidade instalada durante o conflito, gerou lucros que posteriormente financiaram novos investimentos nessa área. Dessa forma, Fishlow¹⁶ afirma que o conflito possibilitou a utilização plena da capacidade industrial previamente instalada, mas também contribuiu para a substituição de importações, eliminando a concorrência externa em determinados setores.

Seguindo essa linha de pensamento, Versiani e Versiani¹⁷ também se alinham a ideia de que o conflito contribuiu para o processo de substituição de importações. Analisando o setor têxtil, afirmam que “condições desfavoráveis para os produtores internos já vinham se manifestando desde 1911”¹⁸, colocando em dúvida a defesa de Dean de que a Guerra possa ter interrompido o crescimento, mas sim que ela pode ter sido a salvação para muitos industriais pelos motivos previamente expostos. Contudo, vale o destaque que, tanto os estudos de Fishlow, quanto de Versiani e Versiani, tratam apenas do setor têxtil. Apesar da sua importância destacada do setor industrial, obviamente diferentes áreas da indústria podem ter reagido de maneiras distintas em relação ao conflito e seus desdobramentos.

11 Ibidem, p. 207.

12 Op. cit.

13 Op. cit.

14 Ibidem, cap. 6.

15 FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo: IPE/USP, v. 2 n. 6, p. 8, 1972.

16 Ibidem, p. 20.

17 VERSIANI, F. R.; VERSIANI, M. T. A indústria brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F. R.; MENDONÇA DE BARROS, J. R. Formação econômica do Brasil: período republicano. São Paulo: Saraiva, 1977.

18 Ibidem, p. 139.

Algumas informações tratadas por Lobo¹⁹ demonstram que mesmo o setor têxtil, pelo menos do Rio de Janeiro, não foi afetado positivamente, ao menos no início do período das hostilidades.

Os diretores de várias indústrias de tecidos pediram a convocação de urna assembleia do Centro Industrial (do Brasil) face à crise de 1914, à retração dos negócios, do crédito e à possibilidade de desemprego maciço.

Na reunião dos sócios do Centro Industrial em abril de 1914 foram discutidas as seguintes propostas dos industriais: de se fazer um acordo com as empresas para reduzir as horas de trabalho nas fábricas; de se solicitar amparo do Governo perante a crise de numerário, o retraimento comercial, a queda dos preços dos estoques de pano e de se tomarem medidas para melhorar as entregas do algodão em rama pelos produtores. A maioria decidiu deixar em aberto a questão das horas de trabalho, aguardar as deliberações do Governo quanto ao crédito e aos preços e adiar o debate sobre os produtores de algodão. Nas reuniões do Centro Industrial de 5 a 14 de agosto, os industriais formularam reivindicações a serem entregues ao Senado, sendo a principal, uma emissão que não fosse de bônus do Tesouro para compensar a retirada de 400.000:000\$000 da circulação, nesse ano. A emissão de papel-moeda de curso forçado serviria para o pagamento das dívidas ao Tesouro e auxílio à lavoura, ao comércio, à indústria e aos Bancos, por intermédio do Banco do Brasil. Tendo cessado a entrada de ouro só era possível colocar em circulação o papel-moeda de curso forçado; bônus e inscrições de nada serviriam pois não seriam descontados. Terminada a guerra, seria possível resgatar a moeda fiduciária.²⁰

Somava-se ainda as questões levantadas mudanças na forma de pagamento dos produtores de algodão que, com o conflito haviam passado a exigir recebimentos à vista, quando o habitual até aquele momento era um prazo de seis meses para o pagamento pelos comissários que faziam a intermediação entre produtores de algodão e as fábricas de tecidos.

Em relação a facilitação do crédito, os industriais não obtiveram o mesmo êxito em suas reuniões com o Ministério da Fazenda e Banco do Brasil que outros setores como a agricultura e o comércio, conforme expressado no relatório da diretoria do Centro Industrial do Brasil de 1914.

"(...) ardentes votos para que essa grande lição (a da guerra) inspire os nossos Poderes Públicos, em sentido favorável à actividade fabril nacional, desde alguns annos, productora de riquezas que, pelo seu valor, rivalisam com as creadas pelas nossas industrias agrícolas e extractiva constituem a exportando do Brazil. Só assim o nosso

19 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro, do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, volume 2.

20 Ibidem, p.511.

país poderá preparar-se para afastar a tyrania commercial do vencedor de amanhã.

"²¹

Dessa maneira, diante das atitudes das instâncias governamentais, fica nítida a falta de força política do setor industrial, em um momento de crise, em se fazer ouvir e atender suas necessidades pelo governo. Tal situação só se modificou em 1915 com a retomada do crédito para o setor aprovada pelo Congresso e executada pelo Banco do Brasil e Caixas Econômicas²².

Porém, mesmo com as nítidas limitações políticas para as indústrias nesse período e a evidente primazia da agricultura no cenário político e econômico do país, alguns autores colocam os incentivos do Estado como fundamentais não só durante o período da Guerra, mas como determinante para a industrialização do país.

Segundo Hirschman²³,

“uma política deliberada de desenvolvimento é aquela levada a efeito não mais apenas por meio da proteção aduaneira, mas através de uma ampla gama de instrumentos de política fiscal e creditícia, através de pressões sobre as firmas importadoras estrangeiras para que estabeleçam operações industriais, bem como através de ação direta: o estabelecimento de empresas industriais estatais ou, crescentemente, de companhia ou bancos de desenvolvimento que são encarregados de promover empreendimentos específicos.”

Os defensores da ação do Estado para o desenvolvimento industrial do país argumentam que, mesmo no período anterior a guerra, as tarifas alfandegárias agiram como um mecanismo protecionista, incentivando o processo de desenvolvimento da indústria, sobretudo entre 1906 e 1912²⁴.

Apesar destes posicionamentos existirem, não observamos em períodos anteriores ao conflito uma política estatal industrializante, nos moldes proposto por Hirschman, como citamos anteriormente. E mesmo durante os anos da Primeira Guerra Mundial, o que de fato nos interessa aqui, o Estado passou a estimular deliberadamente setores industriais bastante específicos, como o setor do aço, por exemplo, considerado de segurança nacional.

21 Ibidem, p. 513

22 Ibidem, p.514.

23 HIRSCHMAN, Albert O. *Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada*. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 18, p. 5-44, out./dez. 1976.

24 VERSIANI, Maria Teresa. Proteção tarifária e o crescimento industrial brasileiro dos anos 1906-1912: o caso da cerveja. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12, n. 2, 1982.

Porém, por todas as questões econômicas e políticas citadas anteriormente, não nos parece factível compreender a ação do Estado antes ou durante o conflito como algo mais do que uma resposta pontual em setores onde a escassez de insumos e matérias-primas básicas incentivaram uma atuação mais direta. Seguindo esta linha de pensamento, Topik²⁵ afirma que “Percebendo que eram dependentes da importação de armas e materiais básicos tais como aço, carvão, cimento e soda cáustica, os políticos brasileiros resolveram tornar o país mais autossuficiente nessas áreas.”. Em alguns casos, tais incentivos, federais ou estaduais, permaneceram mesmo após o conflito, facilitando um desenvolvimento industrial subsequente.

Alguns autores^{26 27} apontam momentos bastante anteriores (Período Joanino, por exemplo) como medidas de incentivo à indústria brasileira, assim, citando a revogação do Alvará proibitivo às manufaturas (1785-1808) ou o Alvará posterior (1809) que permite que “todo tipo de manufatura” se desenvolva no Brasil. Contudo, não acreditamos ser possível entender esses movimentos como atitudes intencionais de desenvolver a nascente indústria brasileira, assim como ações no contexto da Primeira Guerra. Tendo isso em vista, a interferência do Estado na industrialização pode ser resumida tranquilamente em quase nula, até o conflito – salvas raríssimas exceções - e com uma ação deliberada pontual para determinados setores, a partir do contexto.

O que nos dizem os dados?

Observando as diferentes interpretações acerca da guerra e seus efeitos para o setor industrial, consideremos os dados e o que eles nos apresentam para termos uma visão mais nítida sobre o período.

Se observarmos somente os investimentos no período da Primeira Guerra Mundial, não fica nenhum tipo de dúvida sobre os impactos negativos do conflito. Os dados encontrados em Suzigan²⁸ mostram declínio de 59,5% em 1914, novo declínio de 70,9% em 1915. A título de comparação, os investimentos de 1916 representaram 12,6% se compararmos com o último ano antes do conflito, 1913.

25 TOPIK, S. (1980), State interventionism in a liberal regime: Brazil, 1889-1930. *Hispanic American Historical Review*, 60 (4), p. 613.

26 LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930. 2. Ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975

27 RODRIGUES, Clóvis da Costa, A Inventiva Brasileira. Brasília. Volumes 1-2. Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura. 1973.

28 SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 2000. p. 379.

Tabela 1 – Importação de máquinas e equipamentos (em libras esterlinas)

	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
Total	2.222.300	2.693.600	2.857.718	1.157.885	337.491	375.121	478.195	794.953	1.271.030

Fonte: SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

Pensando em números totais, os valores de importação de maquinário pelo país só retornam a valores próximos aos anteriores ao conflito em 1925, 2.609.991 de libras esterlinas.

Analisando os dados de maneira setorial encontramos alguns campos que retomam os investimentos a partir de 1917 como, papel e polpa, moagem de trigo, fabricação e refino de açúcar, industrialização de carnes, além de maquinário para geração de eletricidade e para o setor têxtil²⁹. Entretanto, apesar do Censo de 1919 apresentar uma quantidade significativa de empresas fundadas entre 1915 e 1919 (24,2% do capital industrial registrado), vale o destaque de que muitas destas empresas se estabeleceram no ano de 1919, onde de fato houve uma retomada do investimento após o término das hostilidades, como observado na Tabela 1.

Em relação ao crescimento industrial, com dados apresentados por Fishlow³⁰, e levando em conta os anos de 1911 a 1919, retirando assim possíveis distorções causadas pelo cenário recessivo de 1914, observamos uma taxa média de crescimento industrial anual de 4,4%. Soma-se a isso o estudo de Cano³¹ sobre a indústria especificamente em São Paulo que, comparando os dados de 1911-1913 com o Censo de 1919, observou um crescimento da participação do Estado de São Paulo de 27,6% para 33%. Assim, podemos inferir que, os índices de crescimento em São Paulo foram ainda mais significativos.

Porém, se utilizarmos um método de análise mais complexo, comparando a taxa média de crescimento do período anterior ao conflito com os dados obtidos durante a guerra, obtemos números bastante interessantes. A metodologia foi usada por Haddad³² e nos mostra que, a taxa de crescimento da indústria caiu de 9,1% nos cinco anos anteriores ao conflito (1908-1913) para 4,4% durante a guerra. Mesmo com uma análise mais rigorosa, utilizando somente os setores onde foi possível ser encontrado em ambos os períodos, a diferença de crescimento ainda é bastante significativa, 9,1% (1908-1913) contra 4,8% (1913-1918). Ademais temos que levar em conta que não houve um aumento continuado da produção industrial durante a guerra. Como dito anteriormente, o ano de 1914 apresentou um

29 Ibidem, p.54.

30 Op. cit.

31 CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

32 HADDAD, C. L. da S. Crescimento do produto real brasileiro–1900/1947. *Revista de Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, 29 (1): 3-26, jan./mar. 1975.

forte cenário recessivo, com queda da produção em 8,7%. Além disso, o ano de 1918 observou uma nova queda da ordem de 1%.

Também vale a observação que, em diferentes momentos, o crescimento industrial se ampara em setores específicos da economia, não em um cenário geral observável. De acordo com Suzigan³³, as indústrias que obtiveram maior sucesso e crescimento durante o conflito foram aquelas que processavam matérias-primas domésticas, ocupando espaços do mercado anteriormente consumidores de produtos importados ou que ampliaram as exportações nesse momento como, tecidos de algodão, chapéus, calçados, produtos de couro, produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos, bebidas (exceto cerveja), açúcar, carnes industrializadas e óleo de caroço de algodão. Vale também ressaltar, que durante a guerra não foi observado nenhuma ampliação significativa da produção de insumos básicos tais como cimento e aço, produtos químicos ou bens de capital³⁴, algo que nos demonstrasse uma substituição de importações em setores fundamentais para a produção e o abastecimento industrial.

Já em relação aos lucros durante o período, as análises são controversas. Autores como Fishlow³⁵, Versiani e Versiani³⁶ e Cano³⁷, sustentam que houve um significativo aumento dos rendimentos no período, já que “nem os salários nem o preço do algodão acompanharam a ascensão dos preços dos produtos têxteis. Grandes lucros em 1916 e 1917 foram uma consequência.”³⁸. Porém tais análises se baseiam quase que exclusivamente nas indústrias têxteis, que mesmo sendo bastante representativa não pode ser vista como uma possibilidade de representação geral para o heterogêneo quadro industrial. Além disso, diversos insumos, principalmente produtos químicos, utilizados pelas indústrias de tecidos, eram importados e observaram um elevado aumento em seus valores durante a Guerra. Por fim, tal argumento de uma ampliação dos lucros pode até vir a se mostrar verdadeiro, porém os dados para esta comprovação jamais foram apresentados, sem nos fornecer assim um amparo necessário para este tipo de exposição.

O que podemos de fato demonstrar é que, mesmo com o início da Guerra em 1914, houve uma significativa expansão do número de fábricas de tecidos entre 1905 e 1915, de acordo com os dados do Centro Industrial do Brasil.

33 Op. cit. cap. 3 e 4.

34 Ibidem, p. 58-59.

35 Op. cit.

36 Op. cit.

37 Op. cit.

38 FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo: IPE/USP, v. 2 n. 6, p. 19.

Tabela 2 – Fábricas brasileiras de Fiação e Tecidos de Algodão em 1905 e 1915

Estados	Número de Fábricas		Relação
	1905	1915	
Alagoas	5	11	120%
Bahia	11	13	18%
Ceará	4	7	75%
Distrito Federal	10	23	130%
Espírito Santo	0	4	
Maranhão	10	12	20%
Minas Gerais	30	53	77%
Paraíba	1	1	
Paraná	0	6	
Pernambuco	5	7	40%
Piauí	0	1	
Rio Grande do Norte	1	1	
Rio Grande do Sul	2	4	100%
Rio de Janeiro	11	23	109%
Santa Catarina	0	15	
São Paulo	18	51	183%
Sergipe	2	8	300%
Total	110	240	118%

Fonte: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro, do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, volume 2, p. 598.

Dessa maneira, podemos avaliar que nos anos anteriores ao conflito houve um significativo incremento da quantidade de fábricas instaladas no país, com uma grande concentração no Sudeste, tendo Minas Gerais (53), São Paulo (51), Distrito Federal (23) e Rio de Janeiro (23). Assim, se contarmos com os dados também do Espírito Santo (4) em 1915 a região possuía 154 das 240 fábricas de tecido instaladas no Brasil. Porém, apesar dessa concentração, observamos muitas indústrias se instalando em diferentes pontos do país, pelas mais variadas razões. Essas novas instalações podem ter se beneficiado da guerra, porém, como citado anteriormente, não podemos garantir com dados que ocorreu um aumento nos lucros do setor durante o período.

Conclusão

Diante das teorias e dados expostos no presente artigo, algumas constatações são possíveis acerca do impacto da Primeira Guerra Mundial no setor industrial do Brasil.

Do ponto de vista teórico, podemos compreender ambos os posicionamentos e suas argumentações. O choque adverso imposto pela guerra, de fato, limitou a concorrência estrangeira em diferentes setores industriais e, com isso, promoveu a indústria nacional em um processo de substituição de importações. Porém também podemos observar uma forte interligação entre o setor exportador e a indústria nacional que, assim, perderia capacidade de investimentos com a queda das exportações durante o conflito. Dessa forma, relendo e interpretando tais teorias em conjunto com os dados podemos concluir de uma maneira intermediária tais impactos.

A indústria havia se desenvolvido em um ritmo mais acelerado em anos anteriores à Guerra (1908-1913, 9,1%), que durante (1913-1918, 4,8%). Tal fato demonstra que houve uma significativa ampliação da capacidade industrial anterior ao combate e, mesmo que em um ritmo mais lento e ondulatório, também houve crescimento durante o conflito. Vale ressaltar também a dependência do setor industrial de maquinário e insumos externos, que tiveram acesso muito obstaculizado pela Guerra, agindo como um limitante para um maior crescimento durante o período. De tal modo, o pleno aproveitamento da capacidade instalada anterior à 1914 só foi possível pela limitação da concorrência externa imposta pelas hostilidades.

Soma-se a isso também, uma maior participação da atuação estatal em iniciativas industrializantes, mesmo que pontuais e de maneira quase relutante, que agiram como um facilitador para a atividade industrial. Algo que aconteceu durante a Guerra, mas que se manteve timidamente, no período posterior.

Desse modo, podemos concluir que, apesar das limitações impostas a um maior desenvolvimento durante a guerra e da dependência tecnológica do mercado internacional, o aumento da capacidade instalada anterior ao conflito propiciou que, durante a Guerra, fosse possível um processo de substituição de importações agindo para uma ocupação da indústria nacional de uma fatia cada vez maior do mercado consumidor interno para os nossos produtos industrializados.

Vale também um último destaque que, obviamente diferentes setores foram atingidos de diferentes maneiras, de acordo com a sua dependência externa de tecnologia, matérias-primas e insumos, facilitando ou não a utilização da Guerra como um estimulante para a produção.

Referências Bibliográficas

- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- DEAN, Warren. *A industrialização durante a República Velha*. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano*. 1º volume. Estrutura de poder e economia. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1975.
- FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, v. 2 n. 6, p. 7-75, 1972.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- HADDAD, C. L. da S. Crescimento do produto real brasileiro–1900/1947. *Revista de Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, 29 (1): 3-26, jan./mar. 1975.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada*. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 18, p. 5-44, out./dez. 1976.
- LEFF, Nathaniel. H. *Interdevelopment and development in Brazil: economic structure and change, 1822-1947*. Londres: George Allen & Unwin, 1982.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro, do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2v.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2. Ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975
- NICOL, Robert C. *A Agricultura e a Industrialização no Brasil*. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. 1974.
- RODRIGUES, Clóvis da Costa, *A Inventiva Brasileira*. Brasília. Volumes 1-2. Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura. 1973. 1012p.
- SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 2000.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- Topik, S. (1980), State interventionism in a liberal regime: Brazil, 1889-1930. *Hispanic American Historical Review*, 60 (4), p. 593-616.
- VERSIANI, Maria Teresa. Proteção tarifária e o crescimento industrial brasileiro dos anos 1906-1912: o caso da cerveja. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12, n. 2, 1982.
- VERSIANI, F. R.; VERSIANI, M. T. A indústria brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F. R.; MENDONÇA DE BARROS, J. R. *Formação econômica do Brasil: período republicano*. São Paulo: Saraiva, 1977.